



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024442-06.2008.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Exeqüente: **Pozzi Advogados Associados**
 Executado: **Eida Salvini Martinez e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

POZZI ADVOGADOS ASSOCIADOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de execução em face de Eida Salvini Martinez, Luiz Fernando Vaz Martinez, Martinez Incorporacao e Construcão Ltda, também qualificados, postulando o recebimento da verba de sucumbência fixada nos autos da ação monitória nº 1.722/05 movida por *Banco Sudameris Brasil S/A* contra os ora executados, liquidada pelo credor em R\$ 28.365,16, conta da qual os devedores foram intimados para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

Os devedores opuseram a presente exceção de pré-executividade, alegando terem firmado transação com o *Banco Sudameris* na execução principal, na qual excluídas as verbas de honorários ora executadas, de modo a que não haveria título a amparar a pretensão do exequente.

O credor respondeu sustentando que a transação expressamente apontou que os honorários ora executados não estariam incluídos os honorários ora executados, a propósito da *cláusula nona*, reclamando a rejeição da exceção e a declaração da litigância de má fé dos excipientes, prosseguindo-se a execução pelo saldo remanescente.

É o relatório.

Decido.

Conforme se tem entendido, os honorários “*constituem parcela autônoma do 'decisum', não havendo espaço para as partes transacionarem nessa extensão, sem que o advogado tenha expressamente consentido para tal acordo. Inviável a pretensão de se afastar direito dos causídicos, seja porque estes sequer participaram do acordo, seja porque os honorários advocatícios se configuram como parcela autônoma, insuscetível de transação apenas pelos litigantes*” (REsp nº 542.166-SC, registro nº 2005/0066796- 9, 3ª Seção, v.u., Rei. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, j . em 13.12.2006, DJU de 12.2.2007, p. 246, in RT: 861/128).

No mesmo sentido: “*a transação realizada pelas partes não pode, sem o consentimento do advogado, alcançar o direito deste aos honorários de sucumbência estabelecidos na sentença, por se cuidar de direito autônomo*” (cf. AI nº 0036878-41.2011.8.26.0000 - 23ª Câmara de Direito Privado TJSP - 15/06/2011¹).

Diante do exposto, rejeito a presente exceção determinando o prosseguimento da execução, pelo saldo remanescente apontado pelo credor às fls. 137, não havendo se falar em sucumbência, pois, “*rejeitada a exceção, é inadmissível a condenação do executado em*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários (RT 810/298)” – in THEOTÔNIO NEGRÃO ².

Também não é o caso de litigância de má-fé, na medida em que o expediente processual utilizado, não obstante tenha indícios de se tratar de expediente protelatório, não versa em tese manifestamente absurda.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente exceção oposta por Eida Salvini Martinez, Luiz Fernando Vaz Martinez, Martinez Incorporacao e Construcão Ltda contra POZZI ADVOGADOS ASSOCIADOS, e em consequência determino a intimação dos devedores, na pessoa de seu procurador, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor às fls. 137, no prazo de quinze (15) dias.

Sem prejuízo, defiro a providência de consulta *InfoJud* conforme postulado pelo credor, às suas expensas.

P. R. I.

São Carlos, 11 de setembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 136, *nota 43* ao art. 20.